



A TENTAÇÃO DO PODER: HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Leonardo Bentes Rodrigues

Mestre em História Social (UFAM).

Instituto Humanitas (UNICAP)

leobentesr@gmail.com

Resumo: Cada vez mais o cenário dos estudos históricos sobre as consequências da ditadura militar na Amazônia brasileira parece despontar para outra conjuntura distinta dos discursos de “passividade” e “isolamento geográfico” que povoaram a nossa história. Tais pesquisas apontam para presenças significativas de resistências pelos mais diversos estados da região Norte. Aliás, a espacialidade de nosso estudo é representada pela memória hegemônica, e reforçada pela cultura política brasileira, como “terra sem história” ou “região entregue a si mesma”. Somada a isto, a novidade de que os militares sempre estariam prontos para alcançar a integração socioeconômica e a melhora da qualidade de vida do ser humano amazônida, afinal, tais discursos reforçaram a justificativa dos programas e projetos desenvolvimentistas que desmobilizaram os povos tradicionais que ali habitavam. Contudo, é impossível, atualmente, não a percebê-la como um “centro” dinâmico cuja especificidade política, intelectual, cultural, ambiental e econômica precisa ser compreendida a partir de sua historicidade local. Por fim, o objetivo deste trabalho trata-se de mapear a historiografia da história da ditadura na Amazônia e a tentativa de desmistificar, a partir da investigação histórica, a narrativa de um território marcado pelo contraditório discurso de “marginalidade” e “silenciamento”.

Palavras-chave: Amazônia; ditadura militar; historiografia.

Em 1967 o jornal *Folha de São Paulo*, em edição especial, convocou uma “cruzada cívica” em direção ao norte do país com o objetivo de ocupar a região considerada “vazia de terra e de gente”. Para esta batalha, representou o Exército como força protagonista, a partir do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus, cujo soldados treinados a partir de técnicas contra guerrilheiras também estariam de prontidão para defender da suposta ameaça de “internacionalização da Amazônia”. Em outras trincheiras, assumindo o compromisso de racionalizar tal discurso colonizador, os intelectuais, em grande parte historiadores, economistas, sociólogos, bem como políticos e empresários alinhados à ditadura, couberam à função de escrever a história da região. Ambos, soldados bélicos ou letrados, foram convocados para a “guerra na selva” numa região representada como “indepassada” e “impenetrada” pelo homem, cujo seus objetivos tratavam-se de ocupar o território de forma “racional” e “progressiva” com a sanha intenção de explorar e pilhar (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 1967).

Cientes desta “missão civilizadora”, os intelectuais não tardaram de ressaltar a face “primitiva” e “subdesenvolvida” da região compreendendo como “um vazio cheio de riquezas”, incitando a exploração da economia amazônica a partir da devastação de seu ecossistema seja pela caça desenfreada ou pela extração de recursos minerais e vegetais (Idem). Esse discurso também se estendeu aos corpos e mentes dos povos tradicionais que habitam as margens dos rios, representando-os como sujeitos “inertes” e “carentes de modernização” que deveriam ser preenchidos pelo projeto de “integração” imposta pelos militares (HARRIS, 2006, p.84). Paradoxalmente, o jornal frisou como causa do problema a grande concentração de “indígenas não integrados” ou “precariedade integrados” na comunidade nacional. Estes prestavam serviços aos militares nas fronteiras, enquanto os considerados “selvagens” restavam a força da conquista além da crença de que eram uma mera continuação da natureza (ALMEIDA, 2008, p. 30). Mesmo invisibilizados, destacaram que suas presenças poderiam colaborar para a ocupação do espaço, porém, não se considerava como “contribuição positiva”, pois, estavam a “maneira da terra em que habitam” e se encontravam “marginalizados da vida brasileira”. Ironicamente, considerado “grandes aliados”, imperava a necessidade de integrá-los ao país, ou seja, foram postos na posição subalterna nas tarefas de desbravamento e ocupação da região pelos militares. Afinal, acreditava-se que para povoar e garantir o desenvolvimento desse “continente vazio” era preciso de “gente brasileira” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 1967).

Cumprindo tal missão, os intelectuais conservadores não tardaram de justificar a subalternidade dos povos originários, esboçando em suas obras o tipo ideal para formar a identidade brasileira e povoar a nação, nestas linhas, os indígenas foram postos literalmente à margem. Indiscutivelmente, sob o jugo do regime tutelar, foram oprimidos não só pela ação truculenta do Estado que impediam sua autonomia. Mas, também foram condenados pela escrita através desta representação que endossou a tradição de domínio, vigilância e punição que os julgavam por serem incapazes de decidirem o seu próprio destino. Logo, descritas de maneira eufemística, os modos de dominação foram representados, a partir da intervenção do Estado brasileiro, como formas de “proteção”, “pacificação” e prestação de “assistência” aos povos indígenas, sendo atualizada em diferentes temporalidades enfatizando a anulação de sua autonomia (OLIVEIRA, 2016, p. 15). Tal “responsabilidade civilizatória” promovida pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, se apoiou na justificativa de controlar politicamente a sociedade dominada a partir de princípios humanitários, afinal, a exploração econômica se apoia sobre uma tomada de posse política (BALANDIER, 2014).

Neste aspecto, não podemos deixar de referenciar a Antropologia Política de George Balandier (2014), em específico a noção de *situação colonial*, ao afirmar que cada setor da sociedade tem por função assegurar a dominação em um domínio preciso: político, econômico e espiritual. Assim, controle da sociedade se exprime pelo *estado de fato* e *estado de direito* que repousa sobre a ideologia e justificado por um sistema de racionalizações e pseudojustificativas (Idem). Aliás, o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016, p. 20) ressalta que esse desejo pelo poder não faz parte das motivações originais dos colonizadores, porém, resultado da experiência vivida na situação colonial. Tomemos como exemplo a tomada dos recursos dos colonizados, que ao longo da história foram qualificados como “livres” e não “utilizáveis” a partir de justificativas jurídicas e administrativas que respaldam a apropriação dos recursos pelos colonizadores. Assim, o mito do “vazio demográfico” se insere nesse quadro, como processo de saque e pilhagem destinados aos vencedores e justificado historicamente (Idem, p. 17).

Concomitantemente, não podemos nos furtar da análise capaz de traçar relações entre os fatores internacionais, nacionais e regionais, a fim de esclarecer a complexidade de uma região amplamente vigiada por estrangeiros num contexto global de Guerra Fria e marcada por uma situação colonial reforçada durante a conjuntura da ditadura militar. Aliás, é fundamental o entendimento da dinâmica de articulação e alianças ideológicas

entre agentes estrangeiros e nacionais dentro de relações de conciliação e acomodação, principalmente dos que mantiveram o forte aparato de vigilância e dominação política sobre a “Amazônia” a partir de 1964.

A propósito, conforme afirma o historiador Gerson Albuquerque, a própria noção de “Amazônia” trata-se de uma invenção, além de funcionar como uma das marcas mais profundas da colonialidade do poder e do saber. Neste sentido, as noções sobre o termo não refletem o “mundo real” de nossas existências, pois, tais narrativas de pertencimento e identidades nacionais são fantasiosas e inventadas por sujeitos de diferentes espaços/tempos como referências de sua tomada de posse. Em síntese, esse conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que descreve, imagina, classifica, cataloga e analisa a região é definida como *amazonialismo*, ou seja, a criação de um “lugar” no mundo como resultado da expansão dos impérios e incluída no seu projeto colonial moderno, difundindo pelo globo a noção de vazio para sonhar cartografias e inventar regiões imaginadas, como em África, “Oriente” e na própria América (ALBUQUERQUE, 2016, p.79).

É aqui que se encaixa as representações que levaram à compreensão errônea sobre a “região amazônica” e principalmente, o modo como tem sido interpretada, classificada e legitimada pelo pensamento oficial. Aliás, podemos notar facilmente na edição do jornal analisado, ao folhear suas páginas, a presença constante de noções de “civilização” e “vida selvagem”, “progresso” e “atraso”, “modernidade” e “primitivismo”, “racional” e “nativo” presentes nos diversos artigos escritos por intelectuais influenciados por argumentos bio-organicistas e noções do geografismo que obstaculizam a compreensão crítica da realidade plural amazônica (ALMEIDA, 2008, p. 11 – 13).

Numa perspectiva de longa duração, os efeitos de uma história linear e sem significado com a existência real foram postos “goela a baixo” a partir de um conjunto de narrativas amplamente difundido, repetido e cristalizado que eliminaram violentamente suas línguas, memórias, cultura e história durante a instituição da “região amazônica”. Principalmente entre os séculos XVI e XIX, quando seus povos, rios, fauna e flora foram inventados e catalogadas, fabricando identidades e fronteiras “amazônicas” e não “amazônicas”, além de narrativas que homogeneizaram os diferentes sujeitos e suas crenças, fazeres e práticas culturais a partir da noção de “Amazônia” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 78).

Ademais, essas articulações sistemáticas entre intelectuais, civis e militares não se encontravam separadas ou fracionárias, mas, resultado da união contrária a um inimigo comum. Longe disso, as ações e organizações eram interligadas e os objetivos eram congruentes às estratégias da elite orgânica a médio e curto prazo (DREIFUSS, 1981, p. 368). Na verdade, essa inter-relação entre intelectuais e militares se manifestou a partir da cultura política brasileira, baseada no autoritarismo e no elitismo, cujo objetivo tratava-se de excluir as massas das decisões políticas do país, consideradas “incapazes” de atuar politicamente e dirigir os rumos da nação. Além de assumirem postos na gestão pública, também apresentaram contribuições teóricas para justificar o autoritarismo da ditadura (SILVA, 2017, p. 21).

Neste sentido, essa produção intelectual se esforçou para dar razão a tomada de posse não só do território, mas dos corpos e mentes dos sujeitos que habitavam a região, descrevendo-os como “seres esvaziados” de saber, de ciência, de fazer política e principalmente, sem horizonte de expectativa, portanto, isentos do devir histórico. Some-se a isto, a noção de “atraso” alimentou essa representação ao oferecer o entendimento de que a região era ociosa de “falta de trabalhadores e de capitais capazes de inseri-los nos circuitos de produção e consumo do sistema capitalista global” para a exploração de seus recursos naturais (LOBATO, 2020, p. 95). O historiador Sidney Lobato (2020) nos chama atenção ao afirmar que essa noção é recorrente nas caracterizações da “Amazônia” produzidas pelos intelectuais no decorrer da história. Em suma, trata-se de uma *escrita conquistadora*, reduzindo a região a uma página em branco, onde o ocidente pode escrever nela o que quiser, colonizando os corpos e mentes através de seu discurso de poder (CERTEAU, 2002, p. 10). Ademais, não podemos deixar de citar que essa maneira de “interpretar” as gentes amazônicas também fora influenciada pelas ideias de “progresso” e “evolução histórica”, explicitamente presentes nos textos e abordagens que concebem sua formação histórica como mero desdobramento do desenvolvimento capitalista ocidental (ALBUQUERQUE, 2015, p. 7 – 12).

Contudo, se por um lado essa intelectualidade justificou e imprimiu tais representações tanto na historiografia quanto na opinião pública, é a partir do pensamento científico crítico aliado ao conhecimento dos povos originários e tradicionais que podemos oferecer o contraponto a essas permanências que insistem em povoar a nossa história. Neste sentido, conforme afirma Gerson Albuquerque, é preciso “disposição de olhar para o horizonte e procurar nas diferenças as possibilidades de um

mundo imprevisível”, habitado por outras formas e sentidos de viver, compreender e explicar o tempo (Idem, p. 18). Sendo assim, estimulados a escovar a história a contrapelo, dirigimos alguns pontos para reflexão de nossa crítica às permanências desta escrita conquistadora.

Primeiramente, neste presente onde o negacionismo influencia e chega a reger o debate na opinião pública, é necessário frisar uma constatação precisa e didática: houve ditadura no norte do país. Ao longo dos anos, os militares apoiados pelos civis, enfatizaram tal discurso sustentando a hipótese de que não houve resistência tenaz de opositores ao regime, pois, o “isolamento geográfico” aliado ao forte aparato repressor impossibilitaram suas ações contra a ditadura. Somado a isto, outros discursos frisavam a falta de conscientização dos problemas e da situação, além do afastamento geográfico dos centros políticos, ressaltado na perspectiva de que num eventual choque com as forças de repressão, não haveria para onde fugir devido às distâncias geográficas.

No Amazonas, por exemplo, imperava nas colunas dos jornais a afirmação de que seus habitantes eram “medrosos” e “calados” diante da tensão desencadeada pelas forças da repressão (*A crítica*, Manaus, 11 de novembro de 1968). Some-se a isto a representação de que os sujeitos imbuídos por sua natureza “pacifista” optaram pela total acomodação. Três dias após o golpe, o jornal *A Província do Pará* destacou em suas folhas a “índole pacífica” do povo brasileiro, em específico os paraenses, a partir de sua natureza “calma” e “tranquila” ao publicar uma imagem que fotografou populares frequentando tranquilamente e jogando futebol num parque em Belém. Na conjuntura, enquanto os militares e civis reporiavam a harmonia social desestabilizada pelas ações dos “maus brasileiros”, o povo esperava por dias melhores exalando o seu pacifismo a partir da prática do futebol, como demonstração de maior acomodação inerente a nossa identidade, denominada de “a nossa maior glória” (*A Província do Pará*, Belém, 4 de abril de 1964).

Em segundo lugar, atrelado a essas visões reducionistas, outro fator teve como objetivo desestimular a pesquisa histórica sobre o contexto da ditadura na região: a ausência de documentação histórica. Esse discurso ressalta que tanto os militares, quanto os civis alinhados foram cautelosos em não deixar marcas de seus rastros, impedindo a preservação de documentação que oferecesse maior aprofundamento nas possibilidades de pesquisa. Ledo engano! Paradoxalmente, as ações de preservação de acervos pela própria ditadura a partir dos relatórios de monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) possibilitaram a ampliação do escopo da pesquisa

histórica, permitindo a análise de múltiplas e distintas formas de resistência. Some-se a isto, a abertura e digitalização de dossiês de espionagem da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, a liberação da consulta pública de Inquéritos Policiais Militares (IPM) das antigas Delegacias de Ordem Social, além de toda a documentação que unia a rede de informações centralizadas no SNI e formadas pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Polícia Federal¹.

Essa documentação permite ao historiador a oportunidade de análise significativa dos discursos do poder, observando a resistência nas entrelinhas, além da prática do discurso oculto para perceber as persistências de suas táticas contra as estratégias dos militares, e mesmo que não tenham ganhado batalhas premeditadas, garantiram vitórias em campanhas de longo prazo (SCOTT, 2013).

Em terceiro lugar, na contramão da memória hegemônica, outras representações que evidenciam os protagonistas sociais como sujeitos dinâmicos foram apresentadas a partir de árdua pesquisa histórica possibilitadas por essa abertura documental. Recentemente, contribui a partir de minha dissertação defendida em 2022, para o estudo daquilo que denominei como “redes de resistências” (RODRIGUES, 2022), ou seja, a construção de espaços de trocas de táticas entre os estudantes das diversas regiões do Brasil, com a finalidade de organizar ou reorganizar as práticas de resistências durante a ditadura militar. Com o propósito de refutar o “discurso de marginalidade” no Amazonas, podemos refletir essas redes como contraponto a tal sentença, sendo eficaz na crítica às narrativas hegemônicas, que respaldam no discurso geográfico o fator da ausência de mobilizações ou ações opositoras ao autoritarismo. Aliás, esse discurso é resultado da construção histórica fincada em representações reproduzidas pelo ocidente, cujo refinamento desta perspectiva pode ser encontrado a partir das reflexões esboçadas por Euclides da Cunha ao apresentar a ideia de que a região seria uma “terra ainda em formação”. Assim, estando em “estado de desordem”, não estaria preparada para receber a civilização. Deste modo, encontrava-se à *margem da história* por se estar num estágio primitivo de evolução, cabendo ao Estado a função de eliminar tais distâncias a partir de ações governamentais. Logo, os discursos de “isolamento humano”, “abandono

¹ Dois grandes repositórios digitais podem ser acessados: o acervo *Documenting U.S. – Brazil Relations* (1960 – 1980) e o *Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional.

crônico”, “passividade” tiveram como objetivo pôr o sujeito amazônico sempre “à margem”, negligenciando suas experiências históricas (Cf. PINTO, 2011, p. 9).

Em recente artigo, o historiador César Queirós ressalta que a presença deste discurso visava difundir “uma profunda invisibilidade” sobre a repressão e as formas de resistência na região, pairando sobre nossa historiografia a inexistência da resistência à ditadura militar (QUEIRÓS, 2019). Acreditamos que este tipo de discurso foi incentivado pela cultura política brasileira que enfatiza como justificativa a docilidade ou acomodação da população. Resta ainda pensarmos em um “silêncio produzido” sobre muitos sujeitos históricos que resistiram ou foram vítimas diretas do autoritarismo e sequer foram registrados pelos documentos oficiais elaborados pela comunidade de informações, tendo suas experiências históricas oficialmente invisibilizadas, mas não totalmente pela história escovada a contrapelo. De acordo com a historiadora Edilza Fontes, o exemplo deste “silêncio produzido” pode ser constatado no caso da repressão ao líder sindical Benedito Serra, no qual as informações de suas atividades políticas advêm de relatos jornalísticos e até o momento não foram encontrados relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre sua trajetória política, isto diante do vasto monitoramento das atividades do deputado Benedito Monteiro, preso e acusado de subversão após o golpe. Para Fontes, “parece ilógico que Benedito Monteiro teve suas atividades acompanhadas e Benedito Serra não”, enquanto “sua prisão e tortura demonstram a importância social de suas atividades, e o silêncio destes registros quebram a lógica dos agentes do SNI. Nos resta pensar em um silêncio produzido, dada a morte do sindicalista” (FONTES, 2019, p. 243).

Aliás, o golpe também anulou o horizonte de expectativa de inúmeras trajetórias de vidas. Tomemos como exemplo a perseguição do sociólogo Hélio Khoury descrita pelo historiador Francisco Bento da Silva. Assessor do governador acreano e entusiasta do método educacional Paulo Freire, Khoury desenvolvia seu trabalho no campo da alfabetização de adultos influenciado por sua experiência no nordeste, onde entrou em contato com as mazelas cotidianas do trabalhador brasileiro. Tachado de “elemento perigoso”, “desagregador da ordem” e “adepto do comunismo”, além de ser acusado de insuflar os trabalhadores do campo a partir de seu método educacional. Descreve também o “exílio forçado” da ex-deputada Maria Lúcia e esposa do governador cassado, José Augusto, retirado junto de sua família para o Rio de Janeiro, pois suas presenças no Acre eram consideradas perigosas pelo então governador alinhado a ditadura. Destacamos as consequências da tortura psicológica advindas destas

perseguições, uma vez que esses sujeitos foram forçados a reconstruir suas vivências em lugares distantes, escondendo suas identidades para que não pudessem sofrer retaliações (SILVA, 2004, p. 14).

No que tange às produções sobre os povos indígenas, as pesquisas do historiador Jaci Vieira evidenciam seus protagonismos frente a repressão das políticas desenvolvimentistas influenciadas pela “Operação Amazônia”². Longe de enxergá-los como sujeitos inertes, Vieira analisa suas práticas de resistência e libertação organizadas em Roraima com o apoio dos missionários da Igreja Católica durante o período entre 1969 e 1999. Ressalta ainda que a ditadura os considerava como “figura inútil” que ocupavam as áreas mais ricas do país, impedindo a sua exploração e ocasionando prejuízo à nação. Como consequência, o dever do regime era transformá-los em “seres úteis à pátria”. Vieira destaca que a forte presença da teologia da libertação na região foi visível na ação da Pastoral Indígena, lugar no qual padres e freiras passaram a se comprometer com a problemática da realidade dos povos originários. A partir desta movimentação, na década de 70, indígenas das etnias Macuxi e Wapichana passaram a ser atores fundamentais na luta pela homologação da terra e da criação de assembleias gerais que perduram até hoje (VIEIRA, 2019).

Afinal, de acordo com a historiadora Talita Magalhães, o movimento indígena vem organizando seus próprios meios de resistência ao longo da história. Isto pode ser notado a partir de sua análise do Relatório Figueiredo, ao descrever a possibilidade da presença das táticas de resistência mesmo diante da atuação do Serviço Proteção aos Índios (SPI) que priorizou o controle das áreas de exploração do Vale do Javari (Amazonas) durante as décadas de 60 e 80, em detrimento da assistência aos povos indígenas (MAGALHÃES, 2020). Aliás, o próprio Michel de Certeau orienta os nossos olhares para astúcias dos sujeitos em burlar tais estratégias de disciplinamento, sendo as táticas denominada por ele como “artes dos fracos”, suas práticas caracterizam-se pela capacidade afirmativa, criativa e fundadora em resistir contra as ordens dominantes (CERTEAU, 2014). Logo, mesmo silenciada pela força da repressão, nossa região resistira de diferentes modos, até mesmo em silêncio, articulando suas táticas nas entrelinhas da história dominante.

² Idealizada pelo governo Castelo Branco, tratava-se de um conjunto de projetos que visou a integração da região ao contexto socioeconômico nacional a partir da implantação da malha de grandes eixos de comunicação e transporte – como exemplo as execuções da rodovia Transamazônica e a BR 174 – cujo objetivo tratava de vencer o “vazio demográfico” da região a partir do lema “integrar para não entregar”.

No Amapá, por exemplo, a aparência “provinciana, pacata, ordeira e submissa” de sua sociedade escondeu o que o historiador Dorival dos Santos denominou de “resistência molecular”, ou seja, uma ação às escondidas,

disfarçada de molecagem, de arte, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações, uma resistência nem sempre consciente, porém indicativa de uma luta de indivíduos e grupos para sobreviverem livres e autônomos em uma condição opressiva e castradora (SANTOS, 2001, p. 97).

Neste sentido, foram os jovens, em sua grande maioria estudantes, a tônica das criações de táticas contra o autoritarismo. Confrontando diretamente o status quo, saíam de noite com o objetivo de quebrar placas de sinalização, apedrejar órgãos públicos e depredar veículos de autoridades, além de materializar suas revoltas em forma de pichações e grafitti nos muros da capital Macapá. Suas ações foram lidas como “atos de molecagem” e “vandalismo” pelas autoridades, porém, foram praticados de forma consciente como atos de confronto a ditadura, em especial, pela arte da rebeldia, expressa muita das vezes no ambiente escolar contra os professores alinhados ao regime (Idem). Aliás, os horizontes da resistência contra o autoritarismo também foram vislumbrados pelos movimentos culturais em Manaus. O historiador Vinícius Amaral analisou a experiência do poeta Aldísio Filgueiras como sujeito histórico que não apenas vivenciou o contexto, mas se envolveu com os diferentes gêneros artísticos comprometidos contra a ditadura. Em junho de 1966, os secundaristas (entre os quais, o próprio Filgueiras) lideraram os protestos no Colégio Estadual do Amazonas contra a precariedade do sistema de educação pública. A Polícia Militar desobstruiu o piquete feito pelos secundaristas para impedir a entrada de pessoas no estabelecimento, porém, não foi o suficiente para desmobilizar a ação estudantil. Ao utilizar da história oral, Amaral destaca a entrevista narrada pelo poeta de que a “sociedade amazonense” parece ter se rendido fácil à ditadura e a mesma controlava rapidamente a rebeldia daqueles que resistiram (AMARAL, 2015). Contudo, tomemos cuidado para que o discurso de uma cidade constantemente vigiada, espionada e controlada não possa limitar a compreensão de que as resistências eram inexistentes ou simplesmente inúteis.

Mesmo monitorados pelo intenso aparato de espionagem militar, tais ações não foram capazes de coibir táticas de resistência durante a visita do general Costa e Silva em 1966. Estudantes distribuíram na Universidade do Amazonas e em várias escolas secundárias da capital duas mil cópias de um manifesto estudantil cujo conteúdo teceu crítica violenta à ditadura brasileira e contra o autoritarismo do general. Além disso, um

estudante foi preso em frente ao hotel onde estava hospedado o general, acusado de conspirar contra sua segurança por carregar uma pistola e agir de forma suspeita (EUA, Arquivo Nacional, N° A-13, 26 de setembro de 1966).

Outro exemplo que expressa essas Amazônias em movimento pode ser encontrado na pesquisa do historiador César Queirós, propondo a existência de uma rede de relações entre Belém e Manaus ao analisar a tentativa de guerrilha ocorrida no Amazonas em 1967. O grupo formado por estudantes, soldados e trabalhadores rurais, foram apoiados por intelectuais em Belém e liderado pelo venezuelano Ricardo Gomez, reconhecido como especialista em subversão na América Latina. Seu objetivo tratava-se de recrutar pessoas para formar a guerrilha e libertar a região amazônica do imperialismo americano. Em 1967, treze dias após adentrarem a densa floresta para o início das atividades, os “guerrilheiros” foram presos pelos militares. Mesmo malograda a tentativa, podemos indagar que mais do que a existência de uma “rede de relações” envolvendo as duas maiores cidades do norte do país, suspeitamos da possibilidade de uma rede de resistência que ligou estas cidades aos países de fronteiras. Sendo assim, as fronteiras podem ser enxergadas como espaço de trânsito de ideias, táticas e experiências entre os diversos sujeitos sociais na luta pela libertação da situação colonial presente em suas nações. Isto fica nítido nas ideias motivadoras do grupo, apontadas como ações que visavam atrapalhar as operações dos imperialistas e incitar a revolta na região amazônica (QUEIRÓS, 2019).

Em nossa pesquisa, ressaltamos que os espaços de ação das *redes de resistência* permitiram aos estudantes criarem suas próprias táticas em constante diálogo com as pautas nacionais. Por aqui, construíram diversas práticas dentro do movimento estudantil para manifestar suas críticas ao estado de situação colonial que dominava o cenário político, econômico e social, impedindo-os de construir projetos que visassem compreender a realidade amazônica com intuito de enfrentá-la a partir de suas experiências. Isto desfaz os discursos oficiais produzidos pelos agentes da comunidade de informações de que os estudantes do Amazonas estariam sendo aliciados pelos estudantes do “centro político” do país, ou mesmo sujeitos “ordeiros” e “pacíficos” resignados com sua realidade. Pelo contrário, suas mobilizações demonstraram que não deixaram de manter contatos e trocas, assumindo as pautas nacionais contra a ditadura, mas quando chegavam ao Estado, também tomava feições as reivindicações regionais. Permitimos enxergar essas regiões a partir de elos de interligação, com conexões e

trânsitos de distintas culturas, línguas, ideias e bem simbólicos/culturais (ALBUQUERQUE, 2016, p. 87).

Portanto, possamos contestar a reprodução de visões simplistas e negacionistas que indicam que não houve resistência à ditadura militar, ressaltando que as centelhas democráticas da atualidade não foram concedidas, mas, foram frutos das práticas de resistência que insistiram em se opor aos projetos políticos, aos jogos de acomodações e aos acordos conciliatórios de nossas elites.

Referências:

ALBUQUERQUE, Gerson R. Amazonialismo. In _____; PACHECO, A. (orgs.). *Uwakürü: Dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

_____. História e Historiografia do Acre: Notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*, v.1, n.4., 2015.

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL, Vinicius A. “Ou a revolta ou a obediência estúpida”: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DREIFFUS, René A. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FONTES, Edilza. J. Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará. In QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

LOBATO, Sidney. Os empresários e a Amazônia: Planejamento regional e protagonismo empresarial no início da ditadura militar (1964 – 1966). In. REIS, T. S. et all. *Coleção história do tempo presente*. Vol 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

MAGALHÃES, Talita Gama. *O Relatório de Jáder de Figueiredo: Memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2020.

OLIVEIRA, João P. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação das alteridades*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

PINTO, Renan F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011.

QUEIRÓS, Cesar A. B. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, Vol. 31, 2019.

RODRIGUES, Leonardo B. *Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas (1964 – 1985)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2022.

SANTOS, Dorival C. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UNICAMP, Campinas, 2001.

SCOTT, James. *A Dominação e a Arte de Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

SILVA, Francisco B. *O golpe militar de 64 no Estado do Acre, Brasil: denunciamento, fragilidade democrática e hipertrofia do executivo*. In: VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

SILVA, Michel G. Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil. In: SILVA, M.G; TORRES, M. G (orgs.). *Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VIEIRA, Jaci G. *Ditadura Militar, povos indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)*. Manaus: Editora Valer, 2019.

Fontes:

A Província do Pará, Belém, 1964.

Folha de São Paulo, São Paulo, 1967.

A crítica, Manaus, 1968.

EUA, Arquivo Nacional. Expressões de descontentamentos dos estudantes no norte. Nº A-13. Confidencial. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966.